

SESSÕES DO PLENÁRIO

79ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. JÚNIOR MAGALHÃES “2º SECRETÁRIO”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente Júnior Magalhães procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência nas sessões pelo prazo de 10(dez) dias, em razão de tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo.

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 17 e 31/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência na sessão do dia 24/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Requerimento.

(Lê) “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 18.131/2009 e o Projeto de Lei nº 18.142/2009, de autoria do Poder Executivo.”

Está convocada na forma regimental.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de pedir que essa verificação seja nominal, que acione as campanhas e chame todos os deputados que estão nesta Casa para que possam participar dessa sessão plenária, uma vez que vamos votar projetos importantes aqui para a Assembleia Legislativa, para o nosso Estado e não tem sentido que essa sessão seja derrubada logo no início.

Acho que os nobres deputados da Oposição precisam refletir melhor sobre essa questão, temos muitas questões para debater hoje durante a sessão, temos o debate natural, normal sobre diversos temas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de saber sobre o que é a questão de ordem.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente Marcelo Nilo, a minha questão de ordem, já tinha ressaltado junto ao presidente Júnior Magalhães, é que a verificação de quórum seja nominal, que se acione as campanhas chamando os parlamentares para que possam comparecer aqui hoje nesta sessão Plenária, tendo em vista que teremos a votação de projetos importantes.

Mas não apenas a questão da votação de projetos importantes mas até chegarmos a ordem do dia por volta das 18 horas, teremos aqui intensos debates, abordagens dos diversos temas de interesse da sociedade e a Assembleia Legislativa não pode em plena terça-feira derrubar essa sessão.

Por isso faço inclusive um apelo ao nobre deputado Bacelar para que retire a

questão de ordem para que possamos fazer o debate também nos horários das representações partidárias, dos blocos parlamentares e possamos realmente fazer uma sessão produtiva porque hoje, exatamente hoje é o dia de votar projetos importantes para a sociedade e não podemos ter aqui essa sessão derrubada. Temos que ter a sessão plena, ativa, com debates, discussões, porque temos projetos importantes. Um deles é o que prorroga o prazo da vigência do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e dá nova redação aos dispositivos da Lei 7.988, de 21 de dezembro de 2001, que tem grande importância. É tão importante esse projeto que a Oposição votou o requerimento de urgência favoravelmente. E o outro projeto é o que institui medidas de estímulo à renegociação das dívidas oriundas do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, o Pronaf.

Então os senhores podem observar que esses dois projetos são tão importantes que a Oposição, há uma semana, votou favoravelmente ao requerimento de urgência. E eu faço um apelo no sentido que o deputado João Carlos Bacelar retire a questão de ordem formulada. Caso ele não retire, seja feita a chamada nominal com o acionamento das campainhas, para que os parlamentares venham ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, no salão Nestor Duarte, venham ao Plenário pois há uma verificação de quórum de continuação da sessão solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar, e o deputado Álvaro Gomes solicita uma chamada nominal.

Zerem o painel e marquem 15 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar por até 5 minutos. Depois, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, é impressionante como criticamos o próximo e não se autocritica. Eu fico aqui, às vezes, criticando o deputado Paulo Câmara, que faz tudo para agradar o governo e este não gosta dele. Persegue o deputado na CAR, e para dar um cargo ao deputado leva... Da mesma maneira o presidente da Assembleia age em relação a mim. Faço tudo para agradar o presidente da Assembleia. V.Exª está agindo comigo como o governador age com o deputado Paulo Câmara, porque eu faço tudo para agradar e V.Exª é rigoroso comigo nas questões de ordem. Já com o deputado Álvaro Gomes falou de tudo, só não falou da Secopa, que ele era contra mas depois que nomearam um “companheiro”, como se dizia antigamente, no tempo em que o deputado Bira Corôa era bem jovem, um “*cururu*” lá do PCdoB, ele calou e agora é favorável à Secopa.

Mas, Sr. Presidente, essa questão de ordem é para que possamos trazer a Bancada do governo ao Plenário. A Bancada do governo hoje não deu quórum para votar o relatório do deputado Álvaro Gomes relativo às contas de 2007 do governo. É porque esse relatório é tão ruim que até o governador ficou com vergonha de ele ser votado aqui.

' Como é que o ilustre conselheiro Zilton Rocha opina pela aprovação das

contas com ressalvas e o deputado Álvaro Gomes disse que não viu motivos para ressalvas. O líder dele, o teórico que dita os caminhos dele, o conselheiro Antônio Honorato, e ele fez aqui elogios justos ao conselheiro Honorato, não viu nada para fazer ressalvas às contas do governo. E entre o voto do conselheiro Zilton Rocha e o voto do conselheiro Antônio Honorato, por afinidade ideológica. O deputado Álvaro Gomes segue o conselheiro Antônio Honorato. Afinidade ideológica é a única explicação.

Na verdade, não sei qual o motivo, o porquê de a Bancada do governo não comparecer à Assembleia. Não vai nas comissões, com exceção da Comissão de Educação que hoje o deputado Capitão Fábio presidiu, foi uma sessão bonita, nela onde a política do governo na área da educação de 3º grau foi desnudada e criticada como nunca este Plenário criticou. Hoje a Comissão de Educação foi um palanque para ataques à política educacional do governo Wagner.

Já na Comissão de Orçamento, infelizmente, a Bancada do governo com vergonha do relatório do deputado Álvaro Gomes...! Lógico, queremos agradar, tem que agradar, mas, também agradar demais constrange o objeto do agrado. E o deputado Álvaro Gomes, não sei se está pleiteando uma vaga no Tribunal de Contas do Estado, uma vaga que teremos em breve, faz um relatório mais realista do que o rei.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui fazendo esta questão de ordem para que tenhamos, no mínimo, 21 deputados no Plenário e dar prosseguimento a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria, inclusive, de pedir desculpas aos Srs. Deputados. Quando assumi a presidência, imaginei o contrário, que era o governo querendo derrubar e a Oposição querendo continuar, portanto, peço-lhes desculpas. Pensei ter sido o contrário.

Questão de ordem do deputado Paulo Câmara pelo tempo de 5 min. Desculpe-me, meu querido amigo, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente nesta questão de ordem eu queria fazer um apelo a todos os deputados presentes nesta Casa, principalmente aos deputados da base do governo para que compareçam ao Plenário já que temos dois projetos importantes a serem votados.

Mas queria, também, neste momento, contrapor-me ao posicionamento do nobre deputado Bacelar, dizendo-lhe que a nossa Bancada e o governo tem uma admiração muito grande pelo deputado Paulo Câmara que tem sido tratado com muito respeito pelo governo e é um deputado que tem sido recíproco, inclusive, ao tratamento que tem recebido.

Já em relação ao relatório que estava para ser votado, infelizmente, por falta de quórum isso não aconteceu, temos entendimento de que o conselheiro Zilton Rocha, que goza do nosso respeito, foi bastante rígido e terminou por apontar no seu relatório algumas questões que no nosso entendimento tem uma importância, quase nenhuma. Conhecemos o conselheiro Zilton Rocha, quando deputado sempre foi muito rígido. O deputado Zilton Rocha no nosso entendimento foi de uma rigidez muito grande, e consideramos, inclusive, que o conselheiro Honorato, até pela sua experiência, o

tempo que tem no Tribunal, fez uma leitura mais correta das contas do nosso governo. Nós, infelizmente, não conseguimos aprovar no dia de hoje as contas na Comissão de Finanças e Orçamento, mas esperamos ou temos a certeza de que aprovaremos na próxima terça-feira. Na próxima terça-feira, estaremos aprovando as contas do governador na Comissão de Finanças e Orçamento.

Aproveito, mais uma vez, inclusive, para pedir aos deputados que se façam presentes aqui no Plenário, solicito também aos gabinetes que telefonem para aqueles deputados que porventura estejam ainda trabalhando alguma ação, até porque esta sessão tem uma importância muito grande. Nós não podemos, de forma alguma, deixar que numa terça-feira, com projetos importantes, a sessão venha a cair. É compromisso nosso, nós estaremos empenhados aqui, o tempo inteiro, para que possamos votar os dois projetos que estão em pauta.

Era isso que eu tinha colocar neste momento, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, a questão de ordem, em primeiro lugar, passa por mais uma convocação que a gente faz aos nobres deputados que estão nos gabinetes, na sala do cafezinho, nos corredores. Temos na tarde de hoje um espaço muito grande para debater ações importantes e estratégicas do governo Wagner e temos também dois projetos de relevante importância em tramitação para votação nesta Casa. Por isso, Sr. Presidente, fazemos também, neste momento, um convite a todos os deputados e deputadas para que deem o quórum mínimo necessário para iniciarmos a sessão.

Mas é bom destacar, Sr. Presidente, que compreendo muito bem a disposição da Oposição nesta Casa, quando tenta transformar em conquistas e vitórias fatos como o de hoje, o de não ter aberto os trabalhos da Comissão. Claro que o quórum estava na Casa. Por causa do tempo de deslocamento de deputados dos gabinetes para a sala da Comissão, automaticamente ficou inviabilizada.

Mas o que me chama a atenção é que quando o deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, felizmente já deu o quórum, só gostaria de que concluísse.

O Sr. Bira Corôa:- Vou concluir.

(...) João Carlos Bacelar citou as comissões que estão funcionando esqueceu-se, mais uma vez, de citar a tão discriminada Comissão de Promoção da Igualdade Racial desta Casa, que religiosamente todas as semanas tem sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado professor Valdeci.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, deputadas e deputados aqui presentes, a quem nos assiste pelo *Canal Assembleia*, ao

público presente às Galerias Paulo Jackson, sejam bem-vindos à Casa do povo.

Quero, em primeiro lugar, dar os parabéns à Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho porque hoje nós tomamos posse e nomeamos o deputado Eliedson o nosso presidente da Comissão, a quem desejo boa sorte no seu trabalho, o qual ele já vinha desempenhando de forma brilhante, e também ao nosso deputado do Partido dos Trabalhadores Isaac Cunha, que assumiu a vice-presidência da Comissão por votação unânime, e desejo a nossa Comissão uma boa continuidade do trabalho, agora, de forma renovada.

Quero também, da mesma forma, aqui, dar conhecimento à Bahia da reunião da Comissão de Educação, a qual, a partir dessa renovação, eu estou como membro suplente e dar os parabéns também ao deputado Capitão Fábio pela brilhante condução dos trabalhos hoje, quando um grupo, o fórum das quatro universidades estaduais da Bahia, esteve presente para discutir com a comissão uma pauta emergencial. Foi uma reunião da comissão, onde se deu prioridade a essa comissão das universidades, ficamos mais de três horas fazendo a discussão e quero agradecer ao secretário da Educação do Estado da Bahia, que mandou a professora Jusivânia para fazer o debate, o esclarecimento.

Aproveito para manifestar a essa comissão das quatro universidades estaduais da Bahia o meu integral apoio à comunidade escolar. Como eu disse, na sessão da comissão, eu não tenho nenhuma dúvida de que o governo Jaques Wagner, através, principalmente, do seu secretário da Educação, professor Osvaldo Barreto, até o dia 30 de setembro, dará uma resposta ao documento que eles chamam de Pauta Emergencial, onde tanto os técnicos como os professores e estudantes serão atendidos. Então, publicamente, quero colocar o nosso mandato à disposição, principalmente para as questões técnicas, com relação a todas as pendências jurídicas que estão nessa pauta colocadas.

Também quero, aqui, dar os parabéns a toda a comunidade do Oeste baiano, mais precisamente, do território da Bacia do Rio Grande, que tem como sede a cidade de Barreiras, porque na sexta-feira e no sábado passados nós realizamos uma grande conferência territorial de educação, onde eu era o único deputado estadual presente e quero dar os parabéns à professora Hileia, diretora daquela Direc, e à professora Nilza, da Universidade Estadual da Bahia, que coordenaram essa conferência territorial, onde estavam presentes 14 municípios e mais de 600 pessoas da comunidade escolar, tanto da educação básica como do ensino superior, e fizemos uma brilhante conferência territorial de educação.

Então, parabéns ao território da Bacia do Rio Grande, com sede no município de Barreiras.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,

ontem, aqui desta tribuna, eu tecia comentários sobre o Sr. Reuber Celestino, que ocupa um cargo de relevância, de confiança do governador na estrutura do Estado e não está obedecendo determinações superiores - eu digo isso para ser mais objetivo-indicações políticas, que todos aqui que fazem parte da base do governo têm em seus municípios, coisa mais natural do mundo em qualquer parte do mundo.

E, para não falar mais do Sr. Reuber, o seu irmão, Samuel Celestino, que a Bahia toda conhece, baixou o nível, me chamando, no seu *site*, de deputado obscuro e inexpressivo.

Colegas desta Casa, eu digo a vocês que cheguei aqui há dois anos e meio, mas faço política há muitos anos, e conhecemos, aqui na Bahia, quase todo mundo. Eu prefiro ser inexpressivo a ter a expressão do Sr. Samuel Celestino, aqui na Bahia, pela forma como é conhecido!

Estamos acostumados a isso, porque um jornalista, como o Sr. Samuel Celestino, tem uma coluna assim como outro tem programas em rádio e bate nos políticos, em todo mundo, e todos se acovardam. É uma questão de cada um.

Quero dizer ao Sr. Samuel Celestino que cheguei aqui por conta própria e que não o temo, tenho medo dele, porque tem uma coluna em *A Tarde* e um programa em uma rádio de Salvador. Não tenho medo dele! Ele deve ter se sentido ofendido, porque falei do irmão dele, que queria ser o secretário da Copa e foi preterido pelo governador, que foi posto para fora da prefeitura!

Ontem, aqui, não baixei o nível, disse que não estava discutindo a parte técnica do Sr. Reub Celestino, mas a parte política ele não estava fazendo, não está numa empresa privada, particular e ocupa um cargo de confiança. Se não fizer a parte política, em qualquer governo, e daqui a um ano e meio tem eleição, vai para casa. Foi isso de que tratei aqui. Existem, nesta Casa, mais de duas dezenas de deputados, e cada um tem a sua maneira de agir. Digo a vocês: sempre que vier me pronunciar nesta tribuna, penso antes, sei o que vou falar e estou pronto para arcar com as consequências.

Cheguei aqui depois de 40 e tantos anos de idade. Gosto da política, pretendo continuar nela, mas prudência demais, para mim, é covardia. Não tenho medo...., respeito a todos, mas não tenho medo de jornalista nenhum aqui. Pode ser o dono de *A Tarde*, não tem problema!. Se, daqui a um ano, nas próximas eleições, as minhas bases, os meus eleitores não me reconduzirem a esta Casa, da qual tanto gosto, assim como do trabalho, do convívio com tantos colegas, não tem problema, continuarei vivendo.

Sempre, vivi bem, graças a Deus, todos esses anos. Então não vou me afrouxar, como muitos fazem, diante do Sr. Samuel Celestino, que, como a Bahia toda conhece, é um mercador de matérias, porque bota uma matéria para defender o irmão dele e diz que foi o deputado Zé Neto que me respondeu.

Não vou me dirigir ao deputado Zé Neto, porque não vi resposta nenhuma dele ! Fiz aqui uma crítica que muitos gostariam de fazer. Agora não quero dar o termo certo. Cada um tem as suas razões, mas, por prudência ou não, ninguém vem aqui falar. Mas eu venho, sim, quantas vezes forem necessárias. Defendo o

governador Wagner, mas estou pronto, com toda tranquilidade, porque vejo a vida de outra forma.

Tenho uma família maravilhosa, simples, mas maravilhosa, ao contrário de muitos que estão penando por aí! Se se for ver a vida de alguns, dos quais não prefiro citar nomes, Deus os castigou com tanta... um pouquinho da sua tolerância, Sr^a Presidente, mas Deus os castigou de tal forma, que tenho até pena deles! Quem está me ouvindo, não necessariamente neste Plenário, sabe de quem estou falando.

Então não tenho medo do Sr. Samuel Celestino, que pode pôr a nota que quiser! O que é, para ele, obscuro? O que é obscuro? Aqui conheço cada um dos colegas e tenho certeza absoluta...não sou nenhum *expert*, não estou entre os melhores daqui, até porque tenho dois anos e pouco nesta Casa, mas não me considero diferente da maioria. Estou aqui diariamente, sou um dos mais assíduos e faço parte das melhores comissões como membro titular.

Portanto, não entendo o que ele quis dizer com “ser obscuro”! Mas prefiro ser obscuro a ter a fama que ele tem, em toda a Bahia, de mercador de matérias e que toda a Bahia sabe, mas se cala, às vezes, por conveniência.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, o clima avassalador de insegurança que atravessa o interior da nossa querida Bahia cada vez aumenta mais.

Os jornais publicam matérias referindo-se à minha região, mais especificamente ao município de Umburanas, que foi abalado por conta da ação de uma quadrilha que promoveu um arrastão na sua sede, assaltando praticamente todos os comerciantes.

Estive nesse final de semana em Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Casa Nova, Pindobaçu, e a situação de insegurança é a mesma nessas cidades. Quando você chega aos municípios do interior da Bahia a notícia é sempre a de que os homens de bem estão amedrontados, presos nas suas casas, enquanto os facínoras estão a praticar delitos por conta

da incompetência gerencial da política de segurança pública do governo.

O governador, para coibir a violência em Salvador, em vez de trazer para a nossa capital a Força Nacional de Segurança Pública, prefere, mesmo diante desta situação de insegurança no interior, retirar as companhias especializadas que lá atuam.

Mas devemos destacar que em cidades como Juazeiro, Campo Formoso, Curaçá, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre, está aqui o deputado Pedro Alcântara que sempre representou com dignidade esses municípios, o temor dos bandidos sempre foi, justamente, a Companhia da Caatinga da Polícia Militar. Pois bem, essa companhia, que antes recebia R\$ 6 mil para combustível, teve uma

redução de 25% da sua receita, por isso vive mendigando nas prefeituras. E agora o quadro está pior ainda, tendo em vista que a PM foi retirada daquela região.

Fica, portanto, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto com relação a essa situação da segurança pública, que não é apenas realidade nos municípios da região Norte do Estado, mas de todo interior baiano.

Por outro lado, hoje, deputado Luiz de Deus, o governo sofreu uma nova derrota na Assembleia Legislativa da Bahia, pois novamente não conseguiu, mesmo com a sua grande maioria, votar na Comissão de Finanças e Orçamento uma matéria muito importante, que são as contas do Sr. Governador. Isso demonstrando a mais completa e absoluta desarticulação na base da Situação. Desarticulação essa promovida, sobretudo, pela falta de lealdade do setor responsável pela articulação do governo em relação aos seus aliados.

Estão aí agora os companheiros deputados estaduais do PDT, meu caro amigo Euclides Fernandes, a cantar para a articulação política do governo aquele velho samba que diz: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”.

V.Ex^{as}, por solidariedade ao governo estadual, foram se encontrar, em Brasília, com o ministro Carlos Lupi, com o intuito de tirar o Partido Democrático Trabalhista – partido de bandeiras e de história – da direção correta em que estava, que era no sentido de se somar à candidatura do ministro Geddel Vieira Lima. E fizeram isso, por solidariedade ao governo, para apoiar a candidatura do governador.

E qual foi o troco que V.Ex^{as} receberam? O ingresso no PDT de quatro deputados que assim procederam porque sabem que terão a oportunidade de aderir de novo ao próximo governo.

Por isso, o governo recebeu esse troco hoje na Comissão de Orçamento, com a falta de quórum.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Presidente (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, visitantes nas Galerias, sejam bem-vindos a esta Casa; jornalistas aqui presentes, colegas da taquigrafia, quero falar hoje e informar para esta Casa e ao povo que está nos ouvindo, que Jequié tem mais uma conquista concretizada hoje que vai beneficiar não só a nós em Jequié, como também toda a região.

(Lê) “Está sendo inaugurada hoje uma fábrica de adesivos do Grupo Amazonas no Distrito Industrial de Jequié, que este ano completa 10 anos e conta sempre com incentivos fiscais do Governo do Estado através da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração.

A moderna fábrica de adesivos é fruto de um investimento de R\$ 2,5 milhões e agregará valor para toda a cadeia produtiva não só do ramo calçadista, como também móveis e embalagens.

Não resta dúvida que a aquisição é bastante positiva, não só pelos cerca de mais de 130 postos de trabalho, como também a empresa Amazonas é fornecedora de

componentes para todo o setor calçadista, o que impulsionará o setor.

Além disso, a fábrica irá comprar boa parte de sua matéria-prima, e aí eu digo ao companheiro dep. Bira Corôa, no Polo Industrial de Camaçari, mais um avanço para a economia do Estado.

As perspectivas da empresa são as melhores, pois já há projeto de erguer um novo galpão industrial para ampliar a fábrica de adesivos.

Aproveitando o ensejo, quero aqui mais uma vez parabenizar o Governo do Estado, parabéns Sr. Governador, pela atenção que dá àquela região, em especial em Jequié, com esse benefício que estará proporcionando 130 postos de trabalho para nossa querida região.

Cabe ainda mencionar a importância do polo calçadista em nosso estado, que emprega cerca de 30 mil pessoas nas cidades de Feira de Santana, Alagoinhas, minha querida Virgínia lá em Itapetinga, Ilhéus, Cruz das Almas, Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié com a presença da Ramarin há mais de 10 anos.

As exportações baianas, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, já somam mais de US\$ 46,4 milhões e o número de pares de sapatos exportados já chega a 4,5 milhões por ano.

Portanto, ao Governo do Estado os meus agradecimentos pela conquista no Polo Industrial de Jequié e pelas perspectivas de crescimento do setor calçadista.

Outro fato importante e que merece ser destacado aqui é que o Colegiado de Gestão Microrregional de Jequié aprovou ontem, a implantação da Unidade Cardiovascular de Alta Complexidade do Hospital Geral Prado Valadares.

O Colegiado composto por 25 gestores municipais e presidido pela 13ª Diretoria se reuniu ontem com o diretor do hospital, Dr. Gilmar Vasconcelos e com a equipe médica e aprovaram por unanimidade a implantação do projeto.

Conforme falei aqui nessa Casa, no dia 12 de agosto, o Conselho Municipal de Saúde também aprovou o referido projeto por unanimidade.

O Projeto foi elaborado pela equipe do hospital e busca implantar a Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular no HGPV, a qual será composta e pelo Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e pelo Serviço de Assistência em Procedimentos da Cardiologia Intervencionista e ainda prevê uma UTI Coronariana, naquele Hospital Geral em nosso município e região.

Não resta dúvidas de que, a implantação desse projeto é de relevante interesse da comunidade de Jequié e região e vai salvar muitas pessoas vítimas de infarto agudo do miocárdio principalmente, reduzindo ainda as sequelas, o que não se consegue com o tratamento convencional.”

Eu quero dizer, Sr. Governador, que a cidade, ou melhor, o nosso município de Jequié e toda a região agradecem as intervenções positivas que se tem feito lá. Quero agradecer ao secretário Jorge Solla e ao nosso companheiro Gilmar Vasconcelos, que dirigem aquele hospital e muito bem têm atendido Jequié e toda a região. E está de parabéns o governo do Estado, pois pela saúde pública nesta Bahia muito tem feito o nosso governador. E o povo reconhecerá isso, com certeza. E não só em Jequié, mas

na Bahia, pela ação positiva do governo nas suas intervenções na saúde pública estadual.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, Sr^{as} e Srs. da Imprensa, senhoras e senhores visitantes, faço uso da tribuna neste momento para, em primeiro lugar, destacar um ato importante que acontecerá no dia 17 na cidade de Salvador: o lançamento da revista *Nordeste em Debate*. Trata-se dum canal aberto de expressão dos diálogos promovidos pelas Bancadas dos deputados federais do Nordeste e que retrata os debates, as discussões e ações dos representantes da região na Câmara Federal na defesa dos interesses do nosso estado e dos outros estados nordestinos.

Esse lançamento, Sr. Presidente, será em Brasília no dia 16, na Câmara dos Deputados, no 10º andar, às 8h30min. E aqui em Salvador será no restaurante La Lupa, na Ladeira da Barra, em frente ao Yacht Clube, no dia 17, às 18h.

Destacam-se aqui, nobre presidente, a importância e o conteúdo desta revista. Tive o privilégio de poder vê-la ainda na elaboração. Posso assegurar que é mais um documento e mais uma fonte de informações que ficarão à disposição da sociedade baiana e de todo o povo do Nordeste em relação às ações do governo federal, à participação e à intervenção da Câmara dos Deputados a partir dos parlamentares que nos representam. E, em especial, esse será um instrumento também para embasar e fortalecer mais ainda a sociedade baiana, servindo igualmente como elo de informação sobre as ações dos governos, especialmente o federal, em benefício do nosso povo.

Mas, Sr^a Presidente, quero aproveitar o tempo que ainda me permite para dar um informe acerca da Comissão de Promoção da Igualdade. Tenho certeza de que o nobre deputado João Carlos Bacelar, quando destacou que a comissão que se reuniu foi a de Educação, não quis deixar de citar a de Promoção da Igualdade, que vem nesta Casa desenvolvendo as suas atividades. Só nas duas últimas semanas ela realizou três audiências públicas. Uma delas contou com a participação da comunidade. Isso foi na quarta-feira da semana passada. Estava presente a do Parque São Bartolomeu. Lá se discutiu intensamente a sustentabilidade ambiental e social do parque, destacando-se inclusive a ausência do governo municipal de Salvador no que tange às suas responsabilidades e aos seus compromissos.

Há de se destacar, também, a importância da intervenção dos governos estadual e do governo federal para a preservação, conservação e revitalização do Parque São Bartolomeu, pela importância que tem para a cidade do Salvador, e em especial para o nosso Estado, porque o Parque São Bartolomeu reúne não apenas uma reserva da mata atlântica dentro do coração de Salvador, interligando áreas populosas da nossa cidade a todo o Subúrbio Ferroviário, a parte de Cajazeiras, conseqüentemente Pirajá.

Também retrata e mantém vivas as ações culturais e religiosas do nosso Estado, porque é um espaço importante para o desenvolvimento turístico e, em especial, para o turismo ético do nosso município.

Também, Sr^a Presidente, hoje tivemos um audiência importante, que debateu o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário. Discussão essa que começa a tomar corpo na sociedade, sobre as doenças ocupacionais, as suas ações, prevenções, e em especial a implementação da legislação e de políticas públicas, para a prevenção e garantia de uma melhor qualidade de vida para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros nas suas atividades laborais.

Tivemos aqui, na manhã de hoje, um debate intenso com a participação da Dr^a Ana Emília de Andrade, que representou aqui o Forumat, do Ministério Público do Trabalho, e nos deu informações e dados muito importantes para aprofundar o debate e a discussão. Além da participação do professor Geraldo Queiroz, representando a Universidade Federal da Bahia, e do sindicalista Sinval Cerqueira, que representou a CUT e o sindicalismo.

Sem dúvida, foi um debate ativo, participativo, e que abre perspectiva para uma nova dinâmica de implementação de acompanhamento e prevenção de doenças ocupacionais no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos e amigas da imprensa, amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, eu subo a esta tribuna, neste momento, para rebater algumas críticas, e ao mesmo tempo apresentar a verdade naquilo que se refere às evoluções econômica, social e de infraestrutura em nosso Estado.

Mas não podia também, Sr^a Presidente, furtar-me ao dever para com a sociedade baiana de prestar alguns esclarecimentos e, ao mesmo tempo, levantar uma reflexão sobre as questões que dizem respeito à segurança pública em nosso Estado.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que reconheço que existe uma crise na segurança pública, e que a Bahia é também um dos Estados que apresentam uma realidade bastante cruel, mas que tende inclusive, no futuro, a se diferenciar do quadro hoje vivido.

Mas é verdade, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, que essa crise não se originou neste governo. Essa crise começa a se aprofundar no Estado da Bahia justamente no período de 2005 a 2009, quando a falta de investimento na área de segurança pública fez com que houvesse uma evolução constante nos índices de criminalidade no nosso Estado e que essa situação hoje se apresente com esse nível de gravidade.

Vejamos bem, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, houve um aumento, entre 2005 e 2009, de 19 pontos percentuais nas mortes masculinas por homicídio, a maior elevação entre todos os Estados da Federação. A taxa de mortalidade por homicídio por cada 100 mil jovens na população masculina de 15 a 29 anos mais do que duplicou, volto a frisar, entre 2000 e 2005.

A taxa de mortalidade por homicídios por arma de fogo entre jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos de idade quase triplicou. E então nós perguntamos, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, quem era o governo? Quem era o governador à época?

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

E mais do que isso, a gravidade é maior quando nós sabemos que governos se sucederam durante 16 anos, deputado Bira Corôa.

Não é justo que hoje deputados experientes queiram, de alguma forma, banalizar os indicadores passados, atribuindo ao nosso governo a grave crise na área de segurança pública que nós reconhecemos. Não havia investimentos, deputado Isaac, na área de segurança pública.

Nós encontramos o setor de segurança pública totalmente desaparelhado, um efetivo mínimo, uma tropa praticamente desmotivada...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

Não tínhamos praticamente infraestrutura para o combate ao crime, mas querem atribuir ao nosso governo, ao governador Jaques Wagner, a crise hoje presente em nosso Estado.

Vejamos bem, deputado Bira Corôa, quando comparamos a execução do terceiro ano do governo de Paulo Souto, verificamos que o percentual de execução dos investimentos é muito inferior ao do governo Jaques Wagner.

Enquanto o nosso governo, este ano, já investiu 10,76% do seu orçamento na área de segurança pública, no terceiro ano do governo Paulo Souto se investiu apenas um percentual de 4,82%.

Era essa a prioridade que se dava à área de segurança pública no Estado da Bahia.

Vejam só, Srs. Deputados, esse quadro comparativo: em 2003, o governo Paulo Souto investiu 857 milhões na área de segurança pública; em 2007, primeiro ano do governo Jaques Wagner, o nosso governo investiu 1 bilhão e 540 milhões, ou seja, quase o dobro do que foi investido no primeiro ano pelo governo Paulo Souto; em 2004, o governo Paulo Souto investiu 1 bilhão e 19 milhões; em 2008, o nosso governo investiu 1 bilhão e 699 milhões; em 2005, o governo passado investiu 1 bilhão e 207 milhões; o nosso governo orçou para este ano 1 bilhão e 924 milhões.

As modificações estão aí, só não vê quem não quer e quem não acredita em São Tomé, porque as coisas mudaram. Olhem bem o que já mudou na área da segurança pública no Estado da Bahia: foram adquiridos 3.600 novos coletes à prova de balas; adquirimos 561 viaturas, e adquiriremos mais de 500 viaturas; o sistema de telecomunicações, padrão Tetra, foi implantado; temos, hoje, 3.200 novos policiais

nas ruas e mais 3.200 policiais estão cursando, hoje, a Academia da Polícia Militar; o presídio feminino e a cadeia pública estão em construção; implantamos o Programa Território da Paz, em Salvador, nos bairros Beiru e Tancredo Neves; implantamos o Programa Ronda nos Bairros e temos 24 horas de policiamento ostensivo; aprovamos, nesta Casa, o modelo institucional para a Polícia Civil – a Bahia era o único Estado da Federação que não possuía ainda um modelo institucional para a Polícia Civil, mas tem gente que não quer ver.

É verdade que a violência cresceu, mas é verdade também que a evolução dos indicadores era crescente e num nível bem maior do que aquele que se apresenta hoje. Concedo um aparte ao nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Paulo Rangel, tenho que parabenizar V.Ex^a, porque foi o único deputado da Base do Governo que teve a coragem de levantar essa questão, mas quero fazer 3 reparos: primeiro, quando V.Ex^a diz que a Bancada de Oposição quer atribuir essa situação ao atual governo, não é só a Bancada de Oposição, é também o jornal *El País*, um dos mais importantes veículos da imprensa internacional; a *Globo News*; a *TV Globo*; a revista *Veja*, através da reportagem “Triste Bahia”; a revista *Isto É*; a *Folha de S. Paulo Editorial*, de hoje, através da matéria “Violência na Bahia”, assim, não é só a Bancada de Oposição, diria até que esse é um sentimento internacional; segundo, podemos até entrar na discussão dos percentuais que o governo passado aplicava na área da segurança pública, mas, deputado Paulo Rangel, não há desculpa para a Bahia só gastar até agora 21% da verba de segurança, o governo do Estado no primeiro semestre aplicou apenas 46 milhões de 217. Em 2007 aplicou 63%, mas em 2008 usou apenas 36%. Então, querer comparar o governo com a herança maldita, não pode, é o governo atual que não está investindo em segurança. Além disso, deputado, temos problemas seriíssimos de gerência, e o primeiro deles foi o governador e o secretário terem incentivado uma divisão maior entre as Polícias Civil e Militar. Esse é o grande problema, as duas polícias hoje não conversam, não atuam juntas e o oficialato todo da Polícia Militar repudia o secretário e a Segurança. Esse é o problema.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte a V.Ex^a, mas acho que V.Ex^a não prestou atenção nos dados que mostrei. A comparação que fazemos em relação àquilo que foi investido antes demonstra de forma bastante clara que segurança pública na Bahia hoje é uma prioridade.

Quanto a essa divisão na intervenção entre as polícias, até podemos reconhecer que existe algum tipo de arranjo na relação. Agora, existe porque o nosso governador não foi conivente com o nível de corrupção que estava instalado na Polícia Militar sendo praticado por oficiais de alta patente. E foi isso que estimulou a crise. O nosso governo não tem nada de corporativismo e não o incentiva.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Um aparte ao deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, acredito que a Casa e os senhores da imprensa que se encontram presentes estão numa dúvida muito grande. Primeiro, acreditar que

os números que V.Ex^a mostra são verdadeiros. Eu não estou questionando a sua honestidade, mas a do fornecedor, com quem V.Ex^a os encontrou. Ou esses dados não correspondem à verdade ou o governo de V.Ex^a empregou muito mal o dinheiro público, não tendo êxito nos resultados que esperava.

Ora, V.Ex^a cita uns dados e diz que seu governo empregou muito mais recursos do que o governo passado e que este fez pouco investimento na Secretaria da Segurança Pública. Isso, deputado, não é verdade. Eu digo a V.Ex^a que procure ouvir a polícia técnica do Estado e pergunte a ela se todo aquele equipamento que lá se encontra não foi adquirido pelo governo passado.

Por exemplo, existe lá o Aips, que é um sistema balístico de investigação integrada, um sistema de primeiro mundo que custou uma fortuna e foi adquirido pelo governo passado. E lá tem aparelhos ainda encaixotados que até hoje não foram abertos para serem utilizados. A outra coisa, deputado, contra tudo isso que V.Ex^a diz, se houve esse investimento todo, como é que existe na Bahia 135 municípios sem delegado?

O governo passado, que V.Ex^a diz que não investiu, contratou 560 agentes de polícia, praticamente 300 investigadores e 224 delegados. No governo de V.Ex^a, cite 3 delegados que foram admitidos? Então, deputado, não é tão assim essa herança maldita como V.Ex^a pregou. O que queremos, o que esta Bancada espera é que esses problemas todos da segurança pública sejam resolvidos e a sociedade realmente tenha a segurança que ela espera nesse fim.

Eu agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

O Sr. PAULO RANGEL:- Eu é que agradeço o aparte de V.Ex^a, mas V.Ex^a deve reconhecer que parte ou a maior parte da falta de delegados hoje no interior se deu a um processo irresponsável de transferências de delegados para a capital no final do governo Paulo Souto, sem preocupação, inclusive, com a vida daqueles que residiam principalmente nas pequenas cidades, desenvolvendo um processo de transferências que nós consideramos perigoso, maldoso e irresponsável.

Nós temos hoje dificuldade na contratação de delegados, mas existe o compromisso do nosso governo, de contratá-los. Agora, sabemos que existe hoje um excedente de delegados na capital, produto dessa política.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Concedo um aparte ao deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputado Paulo Rangel, quero, inclusive, parabenizá-lo pelo discurso que está proferindo hoje e pela linha do discurso, de equilíbrio e que mostra os dados. Sei o quanto incomoda à Oposição desta Casa quando se discutem dados e quando se fazem comparações de governos passados com o governo Jaque Wagner.

Sem dúvida alguma, nobre deputado, é bom destacar que, quando eles contestam os dados, é porque têm consciência de que os dados dos governos passados não eram lícitos, não eram auferidos com a lisura necessária, porque havia omissão de dados. Quando havia uma chacina nesta cidade ou neste Estado, se contava como uma morte. Muito das vítimas não eram computadas pela violência e,

consequentemente, isso contesta a posição do governo Wagner, hoje, que tem a responsabilidade e o compromisso de passar com lisura os dados e oferecê-los à sociedade.

Quando questionam que é uma questão do fato da imprensa nacional e internacional, estão tentando omitir os dados oferecidos pelo mesmo jornal *A Tarde*, pelo mesmo *Jornal do Brasil* e outros que posso trazer aqui, de 2005, que mostravam que a Bahia tinha o maior crescimento da violência do País, os mesmos veículos de comunicação.

Assim, quero chamar a atenção, porque quando se fala da herança maldita, estamos retratando a forma que foi tratada, inclusive, Sr. Deputado, a condição da segurança, a exemplo de, quando falam dos concursos, tentam omitir o concurso para agentes e escrivães, que foi realizado em 97 e sequer foi concluído, e o governo Wagner herdou essa responsabilidade, concluiu as etapas e, agora, está passando por um processo gradativo de contratação.

Os delegados de polícia do Estado da Bahia tinham o penúltimo menor salário do País, o que era herança do governo deles, que deixaram os delegados com o pior salário de todo o País, competindo com o salário do Piauí, e o governo Wagner recuperou o salário dos delegados que hoje corresponde ao 16º, o que ainda não é satisfatório, mas já avançou bastante.

Assim, também, existe a questão dos delegados, que o senhor colocou muito bem, da transferência, mas é bom destacar também a condição material e instrumental das duas corporações. A última compra de viaturas para a polícia datava de 8 anos, enquanto que o governo Wagner já entregou mais de 300 viaturas, mais de 200 motos e tem, agora, uma licitação em curso para a compra de 900 viaturas, 300 motos e 600 veículos, o que mostra, Sr. Deputado, o compromisso deste governo e a diferença em relação a outros governos.

É por isso que incomoda tanto, irrita, tira do sério e traz para o debate evasivo, tentativa de desqualificar a ação do governo Wagner em detrimento de jogar para debaixo do tapete o governo passado, o que o senhor colocou muito bem, porque o que o governo Wagner não aceita é corrupção e, aí, está um incômodo muito grande em uma das corporações, porque, de forma eficiente, responsável e comprometida com a sociedade, vimos ações eficazes de estourar a corrupção dentro da corporação militar.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Exª e incorporo-o ao meu discurso.

Concedo o aparte ao deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Paulo Rangel, primeiro, quero dizer que V.Exª, quando cita o aumento do PIB do Estado em relação ao do Brasil, se esquece de se referir a 2006, 2007 e 2008. V.Exª pega 2005, menor ano de crescimento nosso, e faz uma média aritmética até 2009.

Nos anos de 2006, 2007 e 2008, deputado Paulo Rangel, só para acrescentar ao discurso de V.Exª, o nosso PIB cresceu duas vezes mais do que o PIB nacional. Essa foi a grande marca de nosso governo!

Era só isso que tinha para acrescentar ao discurso de V.Ex^a.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e concedo o aparte ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Paulo Rangel, V.Ex^a faz um discurso muito importante quando aborda diversas questões, dentre as quais a Segurança Pública.

Queria contestar os deputados de oposição que criticam a Segurança e dizer que, de 2000 a 2005, volto a repetir os dados, houve, em Salvador, um crescimento da violência, considerando-se os homicídios, da ordem de 292%. Esse foi, disparadamente, o maior crescimento da violência entre todas as capitais do Brasil, todas, todas, sem exceção!

Em 2006, 2007 e 2008, a violência continuou no mesmo ritmo, e isso ninguém pode negar. Ninguém chegou a afirmar aqui que não estava havendo violência nem homicídios. Agora, o que a Oposição precisa dizer é que, no primeiro semestre deste ano, houve uma redução do número de homicídios da ordem de 11%. É isso que a Oposição precisa dizer, alto e bom som, para que a população tenha conhecimento.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Finalizando, Sr. Presidente, fico surpreso quando a Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. PAULO RANGEL:- Para concluir – (...) apresenta um noticiário como sendo algo único que ocorreu no Estado da Bahia em todos os tempos, naquilo que se refere à Segurança Pública.

Quero lembrar, deputado Álvaro Gomes, a greve da Polícia Militar, quando, aí sim, a Bahia apareceu em todos os noticiários do nosso país. Portanto, não foi a primeira vez e não será a única. Agora os fatos não mentem: houve uma redução, como disse o deputado Álvaro Gomes, de 11% da violência em relação ao crescimento que havia anteriormente. De 2000 a 2005, os índices de violência foram os mais elevados no Estado da Bahia.

Portanto, fica aqui o nosso pronunciamento. Alguns programas do nosso governo estaria hoje também citando neste pronunciamento, mas, logo mais, estarei usando, novamente, este microfone e esta tribuna para me posicionar com relação à evolução do nosso governo em áreas importantes como Saúde, Educação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, para concluir!

O Sr. PAULO RANGEL:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do PCdoB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falará por 10 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, peço que seja inserido nos Anais desta casa o editorial do *Vermelho*, portal www.vermelho.org.br, cujo título é *TV Vermelho estreia e quer sua Ajuda*.

(Lê) *“A partir desta terça-feira, 15 de setembro, o www.vermelho.org.br passa a ter sua televisão. O que antes era um apêndice de conteúdo escrito, agora ganha espaço próprio, autonomia e permanência. Visite. Aproveite. Comente. Elogie. Critique. E ajude a TV Vermelho a ser maior ainda que o conteúdo escrito do portal escrito”. É o início deste editorial.*

Mas, Sr. Presidente, quero continuar o debate sobre a segurança pública no nosso Estado, sobre a violência. Já faço essa discussão aqui cotidianamente e continuarei a fazê-la, agora, na Comissão de Direitos Humanos.

Essa comissão já foi instalada na quarta-feira da semana passada, e na quinta-feira tivemos o primeiro ato, que foi uma audiência com a Secretaria da Segurança Pública, quando discutimos detalhadamente os problemas com o secretário César Nunes. Fiz a sugestão dessa audiência à comissão, que a aprovou por unanimidade. Essa reunião com o secretário contou com a minha presença e com a do deputado Capitão Tadeu, embora todos tenham sido convidados.

Na verdade, o problema da segurança pública vem sendo discutido permanentemente pelo governo, que está tomando medidas eficazes. A diferença da atual administração para as anteriores é que esta entende essa questão de forma mais ampla. Ao mesmo tempo em que adota medidas emergenciais e repressivas contra o crime organizado, também atenta para a área social.

Esse é o diferencial, é o ponto fundamental do modo de compreender esse assunto no nosso Estado. Segurança pública exige medidas emergenciais e repressivas, por isso o governo vem equipando o aparato policial. São 6.400 novos policias que estão ingressando na Polícia Militar. É o concurso de delgados de Polícia Civil que o governo concluiu e irá chamar uma parcela. São cerca de 900 viaturas viabilizadas. São 3.600 coletes à prova de bala; são medidas enérgicas, firmes, para melhorar a segurança no nosso Estado. Além disso, o governo tem atentado para uma outra questão. Quem acha que vai combater a violência apenas com medidas repressivas está totalmente equivocado, totalmente enganado. Nós não vamos combater a violência apenas com o aparato policial. Só vamos combater a violência quando reduzirmos as desigualdades sociais no nosso Estado e no nosso País.

Já citei estes dados aqui em pronunciamentos anteriores. Em 89, o número de homicídios no Brasil foi de 11 mil. Em 2003, o número de homicídios pulou para 51 mil, coincidindo com as desigualdades sociais, coincidindo com a ofensiva neoliberal, com o estímulo à corrupção. A partir do governo Lula o número de homicídios vem caindo, mais uma vez coincidindo com a redução das desigualdades sociais. São 50 milhões de pessoas que saíram de uma situação abaixo da linha de pobreza e que também migraram das classes D e E para a classe C; reduziu a desigualdade social, reduziu o desemprego, que era de 12% e hoje é de 8%. Então

houve uma redução, e essa escalada da violência que vinha crescendo de forma assustadora, considerando-se a violência dos homicídios, que é a situação mais grave como ponto, observa-se o número de homicídios caindo no Brasil.

Na Bahia, em Salvador, também já citei os dados. De 2000 a 2005, o crescimento de 292% no número de homicídios em Salvador, também coincidindo com uma onda de crescimento e coincidindo com a ofensiva de governos que aumentaram as desigualdades sociais no nosso Estado. Hoje, o governo Wagner busca reduzir essas desigualdades com programas sociais, infraestrutura, buscando reconstruir a nossa indústria, buscando melhorar a situação de vida da nossa população. E refiro-me ao aumento do número de homicídios em Salvador de 2000 a 2005, mas em nenhum momento omiti a continuidade desse crescimento em 2006, em 2007 e em 2008, crescendo num ritmo aproximadamente igual.

É importante ressaltar, nós que estamos acompanhando esse processo, que no primeiro semestre de 2009 houve uma redução de 11% no número de homicídios em comparação ao ano anterior, coincidindo também com os efeitos da política do governo Wagner de redução das desigualdades sociais. Ou a burguesia entende que é necessário a redução das desigualdades sociais ou nós não construiremos uma sociedade de paz. Viveremos numa sociedade infernal, e ninguém quer isso.

Portanto, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública será efetivamente uma comissão para conduzir propostas, encaminhamentos que venham atacar essas questões, buscando construir uma sociedade com justiça social e muita paz.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Isso está nas nossas mãos, e vamos fazer da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública um importantíssimo instrumento da luta contra as desigualdades sociais pela justiça social e pela paz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:-Sr. Presidente, falará, por 10 minutos o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} da Imprensa, senhores visitantes, quero destacar a importância da ressalva feita pelo deputado Heraldo Rocha quando destaca o papel e a importância da liderança do nosso companheiro Paulo Rangel. Isso mostra, mais uma vez, o alinhamento em que está a Bancada do governo e do PT, que reflete mais segurança, mais disposição no trabalho e na defesa dos interesses da sociedade baiana nesta Casa. Isso, sem dúvida alguma, tira a tranquilidade da Oposição, cria uma instabilidade, porque a Oposição tenta, de todo jeito, segurar-se em manchetes e passar uma imagem que não procede

em relação ao governo Wagner.

Seguindo a linha do que está sendo debatido hoje, a segurança pública, quero destacar que, além dos dados que na tarde de hoje foram apresentados nesta Casa em relação a um estado de comparação entre o governo passado, de 2002 até 2005, e o governo Wagner, de 2007 até 2009, mostram claramente que a situação da segurança no nosso Estado não vive os seus piores momentos. Reconhecemos que precisa mudar, precisa avançar, dar mais tranquilidade à sociedade. Agora, não é na linha que a imprensa e a Oposição nesta Casa tentam implantar. Primeiro porque o governo Wagner não omite os dados. O governo Wagner não tem duas tabelas, uma para ser apresentada para a sociedade e para a Imprensa e a outra do conhecimento dos mesmos. Consequentemente, o governo Wagner tem primado pela transparência. E a prova maior, Sr. Presidente, está nesta Casa, no domínio dos deputados, no domínio da sociedade.

Quando aqui cheguei, em 2007, o clamor desta Casa era de o deputado ser respeitado a ponto de cumprir a sua obrigação, tarefa que lhe é atribuição determinada pelo voto, que é a de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos através da aplicação orçamentária. E a senha, a tão chamada senha, que era desculpa para que o governo passado não permitisse que esta Casa cumprisse o seu papel... E muitos dos deputados, que eu respeito e que entendo a situação, que na época era da base de sustentação do governo passado, não tinham força política para reivindicar. Ora estamos vendo que não apenas os deputados têm acesso à fiscalização mas todo e qualquer cidadão e cidadã deste Estado, agora pode fazer com o direito democrático implementado por este governo. E isso, sim, faz uma diferença.

Assim também se refere à situação das duas corporações, a militar e a civil. Basta dizer que os delegados deste Estado tinham o penúltimo menor salário do País. E foi neste Plenário, nesta Casa, que recebemos em 2007 os delegados para discutir essa questão. Aqui mesmo demos a notícia de que o governo Jaques Wagner, preocupado com a segurança e respeitando a categoria, elevou o salário dos delegados para 16º, margem que dá mais tranquilidade e respaldo.

Foi aqui também que se discutiu a irresponsabilidade do governo passado no apagar das luzes, quando transferiu 209 delegados do interior para a capital, deixando um modelo de caos na segurança no Estado e consequentemente transferindo para o governo Wagner a responsabilidade.

Igualmente foi aqui mesmo neste cenário que debatemos inúmeras vezes a situação dos concursos públicos, pois o governo passado os abria mas não efetivava os aprovados, não concluía o processo, como uma prova de irresponsabilidade, falta de compromisso e, acima de tudo, de respeito pela sociedade e pelo Erário público.

Em consequência, o que vivenciamos aqui foi o concurso de 97 feito para a Polícia Civil, para agentes e escrivães. Não foram sequer concluídas as etapas porque o edital era tão tendencioso que sequer permitiu tal conclusão. Mas o governo Wagner é que está conseguindo regulamentar a situação a partir da conclusão do concurso. E logo em seguida já veio começando a incorporar esses policiais na corporação. Isso mostra a diferença. E não foi diferente na Polícia Militar, que em

2005 também teve um concurso público não concluído. Aí o governo Wagner o concluiu e incorporou 3 mil e 200 soldados à PM. Agora tem mais um concurso da corporação em aberto, sendo convocados mais de 3 mil e 200 que agora estão na fase de academia.

Então este é o mesmo governo que vem reparando estruturalmente a Polícia Militar, nobre deputado Paulo Rangel, com equipamentos, etc. Já são mais de 300 viaturas nas Polícia Civil e Militar. Há ainda 200 e poucas motos à disposição da polícia e 3 mil e 500 coletes à prova de bala, superando inclusive a marca dos últimos 8 anos nesse tipo de material oferecido aos policiais pelo governo passado.

Então, nobres deputados, compreendo muito bem a insatisfação e a vontade de fazer oposição para combater um governo cuja linha a sociedade baiana já vem identificando, assim como o compromisso e a transparência dele. Não é à toa que se encontram todos os dias depoimentos feitos pela base oposicionista, por prefeitos e lideranças políticas dizendo estarem sendo melhor tratados no governo Wagner do que foram nos governos passados. E, mesmo sendo governos que reconhecem que eram defendidos por eles, isso faz, sim, a diferença, pois demonstra como é diferente um governo popular e democrático dum outro intransigente e ditatorial.

Mas não queremos, a sociedade não quer mais na Bahia governos ditatoriais, e sim um governo do qual ela sinta participar por ser incluída nos processos, programas e, acima de tudo, na construção e elaboração das ações e políticas públicas. Não tenho dúvida de que essa é a nova vertente que encaminha a Bahia e é muito bem conduzida pelo governador Jaques Wagner.

Quero ainda destacar que essa mesma estrutura que estamos citando, nobre deputado Javier, da condução democrática do governo Wagner foi também dura e eficiente no combate à corrupção. Um fato que se tornou ímpar na história política da Bahia é que se vê a ação de corrupção sendo perseguida e conduzida para a extinção pela condução de um governo. E foi assim que o governo Wagner teve a coragem, sim, de enfrentar o alto escalão da Polícia Militar, para mostrar que este governo respeita as corporações, diferentemente do governo passado, dá autonomias, que o governo passado, nobre presidente, não respeitava a autonomia da Polícia Militar, não respeitava a autonomia da Polícia Civil. Tanto era assim que os delegados e os comandantes dos batalhões eram nomeados por indicações políticas, e não por meio das escolhas dentro das próprias corporações. E neste governo foi respeitada a autonomia da Polícia, mas também se cobra uma conduta de respeito ao erário público e à sociedade. Isso, sim, faz a diferença. Este, sim, é um governo que veio para ficar e para mostrar à sociedade baiana o que é governar com transparência, o que é governar com responsabilidade, e o que é governar com respeito ao cidadão.

Então eu sei, sim, o quanto isso incomoda a todos aqueles que antes conduziam este Estado sob a ditadura, sob a repressão, sob o chicote e, mais ainda, sendo passivo.

É por isso que encontramos os deputados da base do governo tendo autonomia para discutir questões, como aqui venho fazendo. Fiz na defesa dos interesses da Lei Orgânica da Polícia Civil e na sua luta de avanço salarial, fiz também pelos

professores e assim vários deputados desta base têm mantido a autonomia. Este governo, comprometido com a democracia, não colocou a sua base encabrestada para ser conduzida pelos interesses apenas do governo, e sim para defender aqui dentro os interesses da sociedade baiana.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr. PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr^a Presidente, falará por 5 minutos o deputado João Carlos Bacelar e, por mais 5 minutos, o deputado Sandro Régis.

A Sr. PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o jornal *Folha de S. Paulo*, deputado Bira Corôa, edição de hoje: (lê) “Bahia gasta só 21% da verba em segurança.”

Deputado Bira Corôa, a coisa mais importante que V. Ex^a tem é a sua militância política. A sua militância política não pode ser colocada em segundo plano para servir bem ao governador Wagner. V. Ex^a representa parcela importante de municípios da Região Metropolitana. E V. Ex^a não pode defender a segurança pública a segurança pública do governo Wagner quando houve um aumento de homicídios nessa região. Aqui é uma matéria, segundo editorial da *Folha de S. Paulo*, entre 2006 e 2008, de 62%, deputado Bira Corôa.

Deputado Bira Corôa, o governo que V. Ex^a dá sustentação deixou aumentar em 62% os homicídios na Região Metropolitana.

Deputado Bira Corôa, V. Ex^a é presidente da Comissão de Reparação, tem uma militância forte junto ao Movimento Negro e não pode defender a segurança de Wagner, porque a segurança do governo de V. Ex^a pratica um verdadeiro genocídio em Salvador e na Região Metropolitana.

Deputado Bira Corôa, a preservação do parque São Bartolomeu é importantíssima, mas enquanto a Comissão de Reparação não discutir e não cobrar do governo que impeçam que matem jovens negros na cidade de Salvador, V. Ex^a não pode falar em segurança. A polícia do governo de V. Ex^a mata jovens negros, deputado, diariamente em Salvador, e nunca vi um deputado da base do governo vir aqui para discutir por que jovens negros são assassinados na Região Metropolitana.

A polícia do governo de V. Ex^a fez só no primeiro semestre deste ano cem autos de resistência. Mataram seis jovens negros e aqui ninguém abriu a boca para falar disso.

Sabem o que é esse auto de resistência?

É direcionado, porque todos os cem são negros e jovens. Só os jovens negros resistem à abordagem da polícia, deputado Bira Corôa.

Deputado Bira Corôa, precisamos discutir isso. Na Secretaria da Reparação, infelizmente, o então secretário, deputado Luiz Alberto, nunca moveu uma palha para

saber por que ocorre isso. O deputado Luiz Alberto que sempre foi ligado ao movimento negro, chegou a ser chamado por lideranças do movimento negro de negreiro e capitão do mato. Nегreiro são aquelas pessoas que o movimento chama, os negros que se aproveitam da questão racial para ganhar dinheiro ou ascender socialmente. E capitão do mato é quem perseguia os negros.

O Sr. Paulo Rangel:- Um aparte.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- É essa a posição que o PT chegou, deputado. Tudo bem, vamos discutir aqui os questionamentos do deputado Paulo Rangel que trouxe dados e não os adjetivou. Tentou defender o governo que é indefensável. Agora, quando começamos a adjetivar, temos que entrar nisso, para fazer o debate tem que bulir nisso. Por que se aumentaram em 62% os homicídios na Região Metropolitana? Por que esse genocídio? E a Secretaria da Reparação não diz nada, não abre a boca, não fala!

Com o aparte o nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado João Carlos Bacelar, acredito que o debate que está acontecendo hoje tem sido bastante rico, até porque estamos muito à vontade para defender as ações do governo na área da segurança pública.

Agora, quando V.Ex^a se refere ao deputado Luiz Alberto desta forma, acredito que V.Ex^a comete uma injustiça muito grande. Sabemos do empenho que o deputado Luiz Alberto, negro e militante do movimento negro, tem tido no sentido de fazer com que desigualdades sociais que envolvam a população negra sejam reparadas. O deputado Luiz Alberto não é uma liderança hoje só da Bahia, ele é liderança de todo o Brasil, inclusive esteve cotado para ser ministro de estado.

Portanto, acredito que V.Ex^a comete uma injustiça muito grande. Não é esse, com certeza, o conceito do deputado Luiz Alberto junto ao movimento negro e à sociedade baiana de forma geral...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Deputado Paulo Rangel, o tempo do deputado João Carlos Bacelar já esgotou.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) Ele se preocupa - para concluir, Sr^a Presidenta -, com a situação dos negros em nosso Estado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Paulo Rangel, obrigado pelo aparte de V.Ex^a.

Tenho certeza de que, pelo menos no Plenário, ninguém conhece o trabalho de Luiz Alberto no movimento mais do que eu, e que valorizo. Agora, não posso me encobrir de que o deputado Luiz Alberto como secretário da Reparação nunca se pronunciou e nem desenvolveu uma ação sequer como governo Wagner, e todo mundo tem feito para combater o genocídio contra a população negra na periferia de Salvador e de sua Região Metropolitana.

Tenho jornais, eu os trago aqui na hora em que V.Ex^a solicitar, vários segmentos do Movimento Negro, publicado inclusive na coluna *Raio Laser* da *Tribuna da Bahia*, chamavam o secretário Luiz Alberto, e outros secretários que eu não vou citar aqui agora, porque não é esse o foco do debate, de negreiros e capitães-de-mato. Não fui eu, foi o Movimento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Apenas para uma pequena reparação: a senhora cortou a minha palavra mandando concluir quando eu fazia um aparte ao deputado. Eu, obediente como sou a essa Presidência, parei de falar, e o deputado João Carlos Bacelar, até porque V.Ex^a cortou a minha palavra, devido ao tempo, continuou falando, e V.Ex^a não foi tão observadora como deveria ter sido.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Mas V.Ex^as estavam debatendo. V.Ex^a também queria ouvir o que ele ia responder à sua fala.

O Sr. Paulo Rangel:- Não, ele não tinha pedido o tempo, não, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Foi assim. Ele falou, V.Ex^a contestou, debateu, depois ele ia ficar sem falar nada.

O Sr. Paulo Rangel:- Já tinha esgotado o tempo quando V.Ex^a... Mas tudo bem, em se tratando de V.Ex^a está o.k.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Foi um debate. Então, desculpe-me, mas eu entendi assim.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr^a Presidente Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, amigos das Galerias Paulo Jackson, imprensa, fico feliz quando vejo o deputado Isaac Cunha subir a esta tribuna para elogiar o governo Paulo Souto. Quando o deputado sobe a esta tribuna para falar do Polo Calçadista, para falar do Centro Industrial de Jequié, para dizer que as empresas estão duplicando, ele elogia Paulo Souto e o ex-governador César Borges. Porque, até agora, esse governo que aí está não trouxe uma micro-empresa para a Bahia. Esse governo, como é conhecido, o governo do desemprego e da violência, não trouxe para este Estado nenhum grande investimento.

Trouxe, sim, e eu tenho aqui que me retratar: o governo Jaques Wagner trouxe uma indústria que este Estado não conhecia, trouxe a indústria da criminalidade. O governo Jaques Wagner trouxe a indústria do crime para a Bahia e quer, deputado João Carlos Bacelar, justificar a incompetência, a falta de capacidade, culpando o passado. Recebo aqui, agora, uma matéria, a fonte é o *Esporte News*: “*Bahia gasta só 25% da verba para a Polícia.*”

Herança maldita é o que Paulo Souto vai receber em 2011, pois receberá este Estado quebrado, este Estado mal conduzido, este Estado que o PT está destruindo. Essa é a herança maldita que vamos receber. Um Estado, deputado Maria Luiza, que promete diversas fábricas, cada viagem do governador ao exterior se anuncia uma fábrica nova; cada viagem do governador ao exterior se anuncia um investimento novo, e até agora não trouxeram uma fábrica de palito de fósforo.

Esse é o governo PT, o governo da propaganda mentirosa, o governo da enganação e o governo do discurso. Eles pensam que discursando – adotaram agora uma tese, a de que cem mentiras valem uma verdade – podem enganar a população baiana. Botaram aquela enxurrada de propagandas de segurança pública, e o pau quebrou em toda a Bahia. Já retiraram a propaganda, porque a própria realidade do dia-a-dia desmentiu as propagandas mentirosas do governo do PT.

Todo dia, estoura uma crise neste governo, que culpa o passado. Já estamos entrando no final do 3º ano e o governo continua olhando pelo retrovisor. As indústrias inauguradas foi Paulo Souto que trouxe, e por tudo de ruim que existe neste governo eles culpam o passado. Só que a população baiana, a partir do momento que avalia este governo em 28% de ótimo e bom, mostra, deputado, que quase 75% da população baiana rejeitam o governo Jaques Wagner; 75% da população baiana dizem não a este governo incompetente, a este governo que procura, com a mentira, tentar enganar os baianos; este governo que não tem compromisso com a verdade, nem com a sociedade baiana; a este governo que tenta fazer cem mentiras tornarem-se realidade, o povo da Bahia já disse que 75% rejeitam este governo mentiroso, este governo medíocre e este governo incompetente.

Graças a Deus, deputado Rogério Andrade, está acabando o sofrimento, porque 2011 está chegando e o povo da Bahia saberá dar a resposta a este governo repleto de mentira e enganação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Falarão, durante 4 minutos cada, respectivamente, o deputado Javier Alfaya e o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, o deputado Sandro Régis não deve estar lendo os relatórios oficiais dos órgãos do Ministério do Trabalho...

O Sr. Sandro Régis:-Um aparte, deputado. Deputado, um aparte. Um aparte, deputado!!!

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Por que V.Exª está gritando, deputado? Só peça o aparte, não grite não, peça o aparte com educação, e o orador que está falando dará o aparte, se quiser a V.Exª, não é obrigatório. V.Exª já tem um tempinho aqui e já podia ter aprendido essa norma mínima de civilização e inteligência no Plenário.

Mas, deputado-presidente, o deputado Sandro Régis não lê os relatórios da Secretaria do Trabalho nem do Ministério do Trabalho do governo federal. A Bahia criou, em 2009, deputado Rogério, V.Exª que representa, juntamente comigo outros cantos e também a região do Recôncavo do nosso Estado, criou 60% de empregos

com carteira assinada no Nordeste, na Bahia, apenas, até o mês de agosto deste ano, portanto, estou falando de 2009. Nós perdemos em termos de geração positiva, portanto, de emprego formal, apenas para o Estado de São Paulo e superamos, já passamos o desemprego criado pela crise no início do ano, já recuperamos os empregos perdidos e ultrapassamos isso quase em 2 mil novos empregos criados do final do mês de maio para cá.

Portanto, os deputados que queiram tanto elogiar o governo, como é o meu caso, reconhecer a verdade do governo da Bahia, como aqueles que querem criticar o governo, devem subir à tribuna respeitando as informações que passam para o público, já que o público nos acompanha pela *TV Assembleia*, lê o *Diário Oficial*, ouve os nossos discursos, vê os *sites* da Oposição, que o deputado Heraldo Rocha gosta tanto de difundir aqui, aliás não ouvi mais falar da *Rádio do Democratas* – o Democratas tinha uma rádio que funcionava muito no ano passado, não sei se está funcionando ainda – mas também o povo da Bahia pode ouvir também a rádio dos Democratas ou a Rádio Democrata, ou a Democrata Rádio, ou a Rádio do PFL, ou PFL na Rádio, sei lá...enfim, aquilo que V.Ex^{as} da Oposição passam pelas ondas AM ou FM, não sei bem, ou pela Internet. No meu caso, que não tenho rádio, mas tenho coerência e, sempre que faço um discurso, procuro saber das coisas quando se trata de polemizar.

Acho até que o deputado João Carlos Bacelar fez bem, porque trouxe uma fonte: A Folha de S. Paulo. Fez a crítica ao governo Wagner a partir de uma fonte, certa ou errada, e trouxe uma matéria de jornal. Não é uma fonte técnica de um órgão de aferição da realidade de instituto de pesquisa, mas é uma fonte, a qual ele citou.

Já o deputado Sandro Régis se precipitou, fez uma crítica equivocada ao governo Wagner, porque a todos nós interessa a geração de empregos. Seja do PT, do PCdoB, do PSB, de o Democratas, do PTB, do PTN, todos nós queremos a superação da miséria, da pobreza. Portanto, a geração da riqueza, por meio da geração do emprego formal e da atividade econômica, mesmo no terreno do informal, interessa a todos nós. E disputar a política em cima do positivo, do crescimento do nosso Estado, da nossa Bahia, e não em cima de uma velha política de apostar na piora das coisas, para em cima disso, poder obter simpatia e votos.

Parece-me, pois, equivocada a informação trazida pelo colega Sandro Régis, tendo vista que a Bahia tem, hoje, um saldo positivo na geração de emprego formal. Isso está registrado em todos os órgãos do governo do Estado, do governo federal, no que diz respeito ao registro de emprego com carteira assinada, deputado Rogério, a quem dou parabéns também pelo esforço que faz em defesa de Santo Antônio de Jesus e de outras tantas cidades tão próximas e tão queridas tanto de V.Ex^a como também de mim.

Muito obrigado pela tolerância, deputado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Agradeço a V.Ex^a a compreensão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, hoje, temos dois importantes projetos a serem votados por esta Casa e, no nosso entendimento, não podemos, de forma alguma, sob pena de prejudicarmos as ações do governo na área de combate à pobreza e erradicação dela, assim como os agricultores familiares, deixar de votá-los.

Para se ter uma ideia, o (lê) *“Projeto de Lei nº 18.142/2009 prorroga o prazo de vigência do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001 que o institui”*.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Paulo Rangel, gostaria que V.Ex^a se adentrasse na questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Vou formular-la, deputado, e, para isso, tenho cinco minutos. Neste momento, estou apenas elaborando meu pensamento!

(Lê) *“A presente Proposição visa prorrogar por prazo indeterminado a vigência do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, a fim de que o Estado da Bahia continue realizando prioritariamente as ações, os projetos e programas que conduzem à consecução da justiça social”*.

O outro projeto, de nº 18.131/09, (lê) *“Institui medidas de estímulo à renegociação de dívidas oriundas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e dá outras providências”*.

Então, em virtude de esses dois projetos serem muito importantes e, notadamente, neste momento, não termos, diria, uma participação que permita a votação desses projetos em Plenário, visando até ganhar um certo tempo, já que protocolamos na Mesa, em caso de derrubada da presente sessão, a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada logo após o encerramento desta, o nosso entendimento nesse momento, Sr. Presidente, é de que temos que trabalhar para que tenhamos o maior número possível de deputados.

Dessa forma, queríamos, neste momento, solicitar a verificação de *quorum* para continuidade da presente sessão.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, sabemos da importância dos projetos de lei e estamos, inclusive, aqui para discutir profundamente esses projetos de lei. Agora, a Bancada do Governo não vem a Assembleia. Aliás, na semana passada, inquirido por um veículo da imprensa sobre ausência e a queda de *quorum* nas sessões, a Liderança do Governo disse que os deputados estavam nas secretarias. Isso se casa com a atuação do governador Wagner.

Sabemos que o governador Wagner não é dado a tarefas administrativas. Sabemos que a Bahia tem um governador que não gosta das tarefas de planejamento, de execução, que não gosta de trabalhar nas atividades de supervisionar as secretarias, que é um governador que gosta mais, que tem um formato mais condizente com a atividade político-partidária. Aí o governador gosta. E tanto gosta, e

isso é uma verdade, que o governador Wagner foi o pior ministro do Trabalho que o Brasil já teve. Eu só me lembro de um projeto do então ministro Wagner que foi o Primeiro Emprego. Tirando alguns companheiros da ala jovem do PT, só se sabe de um emprego que esse projeto de Wagner criou.

E tanto era verdade que o presidente da República, o presidente Lula, tirou Wagner do Ministério do Trabalho por ser incompatível a formação e o perfil de Wagner com o Ministério do Trabalho e o colocou, na época, no Conselho de Desenvolvimento Regional.

Então nós devemos hoje, e temos ainda mais 3, 4 horas, para discutir o problema dos projetos de lei que o governador encaminhou a esta Casa e aproveitar a sessão ordinária para discutirmos o recrudescimento da violência na Bahia. Porque, na verdade, ficou inteiramente comprovado, deputado Paulo Rangel, no nosso debate que se o governo Wagner tivesse mantido os investimentos, investido em inteligência, se tivesse adquirido viaturas, coletes à prova de balas, armamentos e munição, mas principalmente se o governo Wagner tivesse escolhido nomes certos para secretários da Segurança e investido em inteligência, talvez, Salvador não tivesse vivido esses dias de terror.

Todo desaparecimento da Secretaria da Segurança Pública hoje, deputado Luiz de Deus, é fruto do desgoverno, da falta de critério na escolha dos secretários. Houve, sim, o episódio, há uma suposição aí de corrupção na Polícia, mas se o governo ficar dizendo que a Polícia Militar é corrupta é um desserviço à Bahia e uma ofensa a uma das mais importantes instituições brasileiras, senão a mais importante instituição pública da Bahia, que é a Polícia Militar. E ficam a todo momento insinuando que há corrupção na Polícia Militar. Se há corrupção na Polícia Militar vamos apurar e vamos punir os culpados.

E é por isso, deputado Rogério Andrade que preside esta sessão, que há hoje essa divisão entre Polícia Militar e Polícia Civil na Bahia.

Por isso, solicito a V.Ex^a que mande contar os 15 minutos necessários à continuidade da sessão e faça, aqui, um apelo aos Srs. Deputados que deem quórum para que possamos prosseguir a sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de solicitar aos técnicos que marquem 15 minutos, eu gostaria de registrar a presença do vereador de Amargosa, Marcos Paulo, vereador eleito e reeleito pelo importante município de Amargosa, polo administrativo da região.

Solicito aos técnicos, por gentileza, que marquem os 15 minutos regimentais.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o deputado João Carlos Bacelar é um deputado que possui uma habilidade quase que incomum...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Tem que mandar zerar. Mande zerar para poder começar a falar.

Solicito, mais uma vez, aos técnicos que, por gentileza, zerem o painel e

marquem 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, como dizia anteriormente, o deputado João Carlos Bacelar tem uma capacidade de escutar uma coisa e interpretá-la de forma confusa, e isso de forma proposital.

Em nenhum momento aqui qualquer deputado da Base do governo ou do Partido dos Trabalhadores, ou inclusive o governador do Estado ou qualquer autoridade disse que a Polícia Militar do Estado da Bahia é corrupta. O que colocamos aqui foi que a crise superficial existente entre Polícia Civil e Polícia Militar,- que já findou e não existe mais-, teve como fator casual a apuração de irregularidades e de corrupção praticadas por pessoas da “alta patente” da Polícia Militar. Mas daí, considerar que a Polícia Militar é corrupta, existe uma distância muito grande. Pelo contrário, nós temos muito respeito pela Polícia Militar, tanto é que os investimentos feitos na segurança pública têm inclusive priorizado o reaparelhamento da Polícia Militar e a segurança dos policiais militares, a exemplo da compra de coletes à prova de balas, a exemplo de mais de 500 viaturas.

Vamos agora iniciar um processo de licitação para aquisição de mais 900 viaturas, até porque encontramos os parques, as garagens, os quartéis da Polícia Militar parecendo depósitos de ferro velho. Isso começa a ser modificado. Já colocamos nas ruas 3.200 praças e estamos treinando agora na Academia de Polícia Militar mais 3.200.

Então, não é justo dizer que não existe preocupação por parte do governo com a segurança pública. Agora, a Oposição nesta Casa, que foi Situação de forma sequencial durante 16 anos, tem que fazer uma autocrítica,, até porque todos os quadros estudados demonstram que a maior evolução percentual do quadro de violência no Estado da Bahia se deu entre os anos de 2000 e 2005.

Nós temos inclusive aqui reconhecido que houve um aumento da violência. Mas não podemos, de forma alguma, reconhecer que não houve uma queda em relação ao gráfico de evolução da violência em nosso Estado. A violência foi impactada e, neste momento, não cresce ao apresentar os mesmos indicadores anteriores. Então, é bom que se saiba que o cuidado do nosso governo para com esta área tem sido demonstrado através dos fatos, e não apenas de discursos.

Quero encerrar ao dizer que a crise hoje na área da Segurança Pública no Estado da Bahia é decorrente da falta de investimento de outros governos, não do nosso, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quando nós ouvimos o nosso querido amigo deputado Paulo Rangel discorrer sobre segurança pública, temos a impressão de que estamos em outro estado ou outro país. Temos um Estado onde, entre 2006 e 2008, há 62% de aumento de homicídios na área metropolitana de Salvador. Então pergunto ao nobre deputado Paulo Rangel: cadê o cuidado com a segurança pública em nosso Estado? A segurança pública tinha um orçamento de R\$ 217 milhões. Aí

novamente pergunto: qual a prioridade em segurança pública na nossa Bahia? Quando encontramos os altos índices de resistência, pois os policiais matam e dizem que as pessoas resistiram, pergunto: onde está o senso de justiça deste governo?

É muito fácil fazer discurso, deputado Leur Junior. É muito fácil trazer papel e palavras. Mas o que a imprensa internacional constata é a falência da política de segurança pública. Não se pode se queixar da falta de dinheiro quando se tem R\$ 217 milhões. O que falta a este governo, presidente, é competência. O que falta a este governo é planejamento. O que falta a este governo é gerenciamento.

Eu entendo até o discurso do deputado Javier Alfaya. Ele tem de defender o governo porque ganhou secretaria nova, mais precisamente a da Copa. O PCdoB ganhou essa nova secretaria. Esses partidos não estão preocupados com a situação triste que a Bahia vive. Estão preocupados cada vez mais com os benefícios entre eles próprios. Enquanto morrem diversos baianos, o PCdoB ganha secretaria para uma Copa que nem se sabe se a Bahia irá receber.

É isto que eles querem: fazer política. Eles querem discursos. Eles querem benefícios em cima de benefícios. Ninguém quer saber de administrar. Ninguém quer saber de resolver os problemas essenciais do nosso Estado.

Será que o passado é o culpado por haver um orçamento de 217 milhões e só ter sido aplicado 21%? Isso é falta de competência, é falta, deputado João Carlos Bacelar, de planejamento.

Existe dinheiro, existe orçamento, deputado Leur Júnior, e não aplicam. Será que é culpa, repito, do passado? Isso se chama, deputado João Carlos Bacelar, falta de competência.

Vão à tribuna fazer discursos e culpar o passado. Quando falta competência, quando não se tem capacidade de administrar, é muito fácil culpar os outros. Este governo precisa começar a trabalhar, tem de começar a dar respostas às questões essenciais para a população. É por isso que este governo só tem 28% de aprovação; quase 75% o rejeitam.

Termino perguntando: qual a prioridade deste governo com a Segurança Pública, já que tem um orçamento de 217 milhões e só aplicou 21% desse recurso?

Deveria se envergonhar de criar cabide de emprego enquanto não resolve os problemas essenciais que vêm matando o povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado João Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, a *Folha de S. Paulo* traz hoje uma matéria dizendo que a Bahia gasta somente 21% da verba pública destinada à segurança. Tem também um editorial relatando a situação de violência na Bahia.

Mas, deputado Sandro Régis, está na revista *Veja* a explicação para isso. Observe este parágrafo de uma matéria dessa revista: (lê) “No poder desde 2006, o governador Jaques Wagner afirmou que dedicaria 2009 à gestão pública. É uma promessa surpreendente até mesmo para os arrastados parâmetros temporais baianos”. A *Veja* quis dizer, deputado Sandro Régis, que o governador é preguiçoso!

Quem está dizendo que V.Ex^a é um preguiçoso, Dr. Jaques Wagner, não sou eu, é a *Veja*. O governador da Bahia, para os baianos e para a imprensa nacional, é preguiçoso. Por que essa revista diz isso? Ora, ele está no governo desde 2006 e diz que vai começar a trabalhar só em 2009! Segundo a *Veja*, isso é surpreendente até para os arrastados parâmetros temporais baianos.

Quem está no governo só começar a governar, deputado Pedro Alcântara, no terceiro ano?! Já pensou, só na Bahia um absurdo desse. Há ainda quem queira culpar o governo Paulo Souto. Entra celular no presídio, é culpa da herança maldita; falta gasolina, é culpa da herança maldita; não tem bala, é culpa da herança maldita.

Já no Palácio de Ondina não falta nada, não falta nada no Palácio de Ondina. Carro blindado o governador tem, gosta de um helicóptero, viagens aéreas, é uma farra com o dinheiro público. Este é, segundo a *Veja*, um governador preguiçoso.

“*Triste Bahia.*” Não é um deputado de Oposição que fala isso, é a revista *Veja*.

Há pouco tempo a Bahia só dava boas notícias, graças às oportunidades criadas pelo trabalho do governo Paulo Souto.

Vejam as pesquisas que as revistas mostram quando perguntam quem mais trabalha: Qual foi o governo que mais trabalhou? A população já reage porque sabe que o governo Wagner é péssimo para a questão do trabalho.

O deputado Pedro Alcântara pode ter esse orgulho de que contribuiu para um governo que, há pouco tempo, só dava boas notícias. E agora o deputado Pedro Alcântara está num esforço hercúleo para ver se levanta este governo que passa três anos para querer começar a trabalhar. Está difícil, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Há apenas 17 Srs. Deputados presentes, número insuficiente para a continuidade desta sessão. Portanto, em nome de Deus, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*